

Governo já estima que terá este ano um déficit operacional acima de 4% do PIB

Juros reais estão mais altos que o esperado, aumentando as despesas federais

Regina Alvarez e Maria Luiza Abbott

● **BRASÍLIA.** O Governo é vítima do seu sucesso. Se a queda acentuada da inflação consolidou o Real, também agravou a situação das finanças públicas. Para manter a estabilidade da economia, o Governo optou pela queda gradual dos juros nominais. E, como a inflação está caindo em ritmo mais rápido, a parcela de juros reais ficou mais alta do que esperavam as autoridades econômicas, aumentando despesas com a dívida pública. Refém dessa estratégia, a equipe econômica não consegue prever com segurança o déficit operacional (que desconta correção monetária e cambial) deste ano. A estimativa é de que fique entre 4% e 4,5% do PIB.

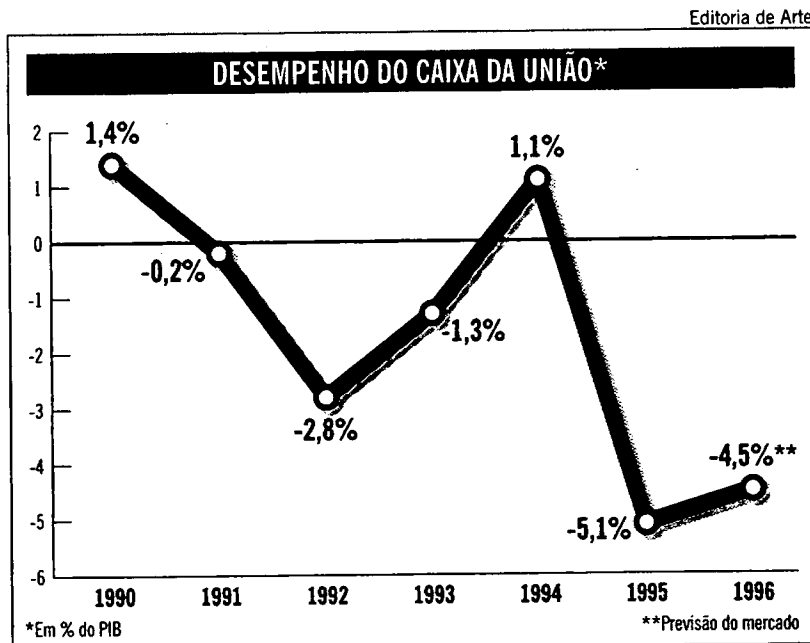
A conta de juros é uma das principais causas do aumento do déficit operacional em 1996, porque incide sobre um estoque de dívida mais elevado. O estoque cresceu porque o Governo assumiu dívidas antigas não reconhecidas — como a do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) — e devido aos juros altos em 1995, necessários para manter a inflação sob controle.

Este ano, o Governo pretendia avançar no equilíbrio das contas públicas e reduzir mais os juros, mas não deu. As despesas com ju-

ros impediram a queda mais acentuada do déficit e a redução abrupta da inflação elevou os juros reais. Com inflação perto de zero e sem poder reduzir mais os juros, o Governo paga a conta. Até três meses atrás, a taxa real anualizada estava em 15%, mas, como o IGP caiu, esse percentual subiu para 17% ao ano. Esses dois pontos de diferença representam para o Tesouro um aumento de despesas de quase R\$ 4 bilhões.

Como o Governo não torce para a inflação voltar a subir, a equipe econômica considera que este

ano nada mais poderá ser feito, pois a trajetória dos juros também está decidida. O déficit operacional do setor público só será conhecido depois que se souber o impacto desses dois componentes nas contas. Para 1997, a equipe aposta na recuperação das finanças dos estados, para reduzir o déficit público. Os governadores gastaram muito em 1996 com ações para diminuir despesas no futuro, como programas de demissão voluntária e de aumento de arrecadação. A expectativa é de que essas medidas dê-



em resultados a partir de 1997.

No Governo, o pacote de cortes anunciado em setembro é a única medida de redução do déficit já prevista para o próximo ano. Mas, se a reeleição passar no Congresso, o presidente Fernando Henrique seria fortalecido e aumentariam as chances de aprovação das reformas administrativa e da Previdência em 1997. Com isso, haveria espaço para diminuir o desajuste fiscal.

Uma das alternativas em estudo é acelerar a privatização, usando o dinheiro da venda de estatais para abater a dívida pública, criando condições para que o Governo gaste menos com juros. Além disso, ao se desfazer de empresas deficitárias, o Tesouro deixa de repassar recursos para cobrir eventuais rombos. Na área dos estados, a intensificação das privatizações também contribuiria para o ajuste fiscal.

Embora não tenham obtido avanço significativo no controle do déficit público este ano, as autoridades estão otimistas. Em 1995, o déficit operacional chegou a 5,1% do PIB. Para este ano, a meta inicial de 2,5% do PIB foi revista e, reservadamente, os economistas do Governo já admitem um número superior a 4% — ainda assim, um resultado melhor que o do ano anterior. ■